

CORREIO POLÍTICO

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Dino toma o lugar de Moraes como alvo das insatisfações

No alvo do Congresso, sai Moraes, entra Dino

A deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) começou a cumprir o que prometeu na semana passada ao Correio Político. Como ela disse, continuará fustigando o Congresso contra as irregularidades cometidas com recursos de emendas orçamentárias. Na sexta-feira (19), Heloísa ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um mandado de segurança, assinado também pelos deputados Túlio Gadelha (Rede-PE) e Fernanda Melchiona (Psol-RJ) que contesta o Projeto de Lei Complementar 128/2025, que busca ressuscitar R\$ 2,97 bilhões de emendas de relator que ficaram como "restos a pagar". Não precisou, porém, esperar muito. No mesmo dia, o ministro Flávio Dino mandou suspender os pagamentos.

Heloísa assumiu a vaga de Glauber

Diz o mandado de segurança dos três deputados que as emendas de relator são a nova forma do orçamento secreto. Heloísa Helena assumiu por seis meses o mandato de Glauber, que foi suspenso por agredir um militante do Movimento Brasil Livre (MBL). Na verdade, o que se diz nos corredores do Congresso é a que a razão da sua suspensão é a briga que ele comprou contra o orçamento secreto e seus principais comandantes.

Leo Cabral/Rede



Túlio e Heloísa entraram com mandado de segurança

O que são emendas de relator

O relator do orçamento dispõe de um volume maior de recursos que cada parlamentar individualmente para fazer acréscimos à proposta orçamentária. Essas emendas aparecerão no texto como de sua autoria. Mas, na verdade, o que se questiona é que elas teriam se tornado uma nova forma de mascarar a autoria das verbas. Um grupo de parlamentares da cúpula do Congresso, é o que accusa o mandado de segurança de Heloísa, Túlio e Fernanda Melchiona, dividiria entre si os recursos das emendas de relator, escondendo a autoria.

Inversão da lógica

O que hoje julga o relator dos casos relacionados a irregularidades no orçamento, o ministro Flávio Dino, e investiga por determinação sua a Polícia Federal é por que razão interessaria a um deputado ou senador esconder que é ele o autor do recurso destinado. Do ponto de vista político, esconder a autoria de uma destinação de verba pública inverte a lógica.

POR
RUDOLFO LAGO

Algo de errado

Poder dizer em um município que uma obra foi possível graças a um recurso destinado pelo político que tem aquela base é uma evidente estratégia de alavancagem de voto. Abrir mão dessa autoria vira um forte indício de que há algo de errado. Chegamos, então, ao cerne do que está no título.

Flávio Dino

Relator dos casos que envolvem irregularidades orçamentárias, o ministro Flávio Dino mexe em um tremendo vespeiro. Abriu as portas para a investigação de um escândalo, que já tem mais de 30 parlamentares como alvos. Nos corredores do Congresso, a defesa diz que "todo mundo recebeu".

Generalizado

Ou seja, que a forma como hoje se distribui os recursos orçamentários beneficiariam o Congresso como um todo. Se é assim, temos a conjugação de duas coisas graves. Se a forma como hoje os recursos orçamentários estão sendo distribuídos é irregular, fica mais grave se ocorrer de forma generalizada.

Moraes

Porque, assim, isso irá reforçar a reação corporativa do Congresso. Algo, portanto, que tende a tornar Flávio Dino um alvo maior das insatisfações do que era Alexandre de Moraes. Como relator dos atos antidemocráticos, Moraes mirava somente no grupo político que tentou perpetrar um golpe de Estado. E tal julgamento se concluiu.

Extensão

Somente as investigações irão dizer quantos estão envolvidos, e em qual extensão, às irregularidades orçamentárias. Que se somam às irregularidades com verbas de gabinete, alvo da investigação que houve na semana passada contra os deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Carlos Jordy (PL-RJ).

Ética

O presidente do STF, Edson Fachin, está ciente do tamanho do chumbo trocado. As investigações aticam as reações do Congresso. E o STF tem também seus esqueletos no armário. Vem daí seu empenho na criação de um código de ética para o comportamento dos tribunais superiores.



Alvo de polêmicas, emendas serão ainda maiores em 2026

Orçamento destina R\$ 61 bilhões às emendas

Texto fixa salário mínimo em R\$ 1.621 no ano que vem

Por Beatriz Matos

Alvo de investigações e escândalos este ano, o Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 terá ainda mais recursos para emendas parlamentares. O Congresso Nacional aprovou nesta sexta-feira (19), em votação simbólica, o orçamento com previsão de R\$ 6,5 trilhões em despesas e meta de superávit primário de R\$ 34,5 bilhões.

Do total, R\$ 61 bilhões ficam sob influência direta do Congresso, somando as emendas parlamentares formais e recursos incluídos na programação dos ministérios a partir de indicações parlamentares — um dos pontos mais sensíveis da política orçamentária nos últimos anos.

A proposta foi relatada pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), e confirmou no plenário o texto aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Emendas

O Orçamento de 2026 destina cerca de R\$ 50 bilhões para emendas parlamentares, entre individuais, de bancada estadual e de comissões. Ao todo, foram apresentadas 7.180 emendas, sendo 5.784 de deputados federais e 1.086 de senadores, além das propostas coletivas.

Além desse montante, outros R\$ 11,1 bilhões foram incorporados diretamente à programação

dos ministérios com indicação parlamentar. Embora esses recursos não tenham natureza jurídica de emenda, eles ampliam, na prática, o poder do Congresso sobre a execução orçamentária, ao direcionar previamente despesas que ficam sob gestão do Executivo.

Peso político

A concentração de recursos sob influência parlamentar mantém as emendas no centro do debate institucional. Nos últimos anos, o modelo foi alvo de questionamentos sobre transparéncia, rastreabilidade e critérios de destinação, levando o Supremo Tribunal Federal (STF), e o Tribunal de Contas da União (TCU), a exigir maior publicidade e controle sobre a execução desses repasses. Mesmo com os ajustes adotados, as emendas seguem como um dos principais instrumentos de negociação política entre Legislativo e Executivo.

Salário mínimo

O texto aprovado confirma o salário mínimo de R\$ 1.621 em 2026, valor R\$ 10 inferior à estimativa inicial apresentada pelo governo no envio do projeto ao Congresso.

O piso nacional tem impacto direto sobre as despesas obrigatórias, já que serve de referência para aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros benefícios vinculados ao mínimo.